

# Radiografia da bancada de Sarney

Ricardo Noblat

O ex-governador Tarcísio Maia, do Rio Grande do Norte, inaugurou ontem a antítese do bloco franciscano da Constituinte do que "é dando que se recebe". Sem fazer alarde, ele voou do Rio de Janeiro para Brasília, aterrissou no gabinete do ministro Aureliano Chaves e, ali, deixou seu pedido de demissão em caráter irrevogável do cargo de vice-presidente executivo da Petroquisa, uma empresa do grupo comandado pela Petrobrás. O ministro não conseguiu removê-lo do gesto.

Como apoiou a posição do seu filho, o senador José Agripino Maia (PFL-RGN), de votar a favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, o ex-governador concluiu que não seria correto continuar ocupando funções em um governo ao qual passou a fazer oposição. De resto, antecipou-se a uma possível retaliação do presidente contra o senador. Tarcísio Maia quis deixar o governo há mais de 6 meses — foi Aureliano, seu amigo, quem o impediu de fazer isso.

Presidente do PFL no seu Estado, ele aderiu à tese do senador Marco Maciel de levar o partido a assumir uma posição de independência em relação ao governo de Sarney. Anteontem, assistiu a bancada de sua família na Constituinte votar sem discrepância no mandato de quatro anos. Foram os únicos votos do Rio Grande do Norte que se opuseram ao desejo de Sarney, de governar cinco anos — além de José Agripino, Lavosier Maia, senador do PDS, e Vilma Maia, deputada do PDS.

José é primo de Lavosier, que é casado com Vilma. A bancada dos Maia não foi a única a votar sem divergências quando a Constituinte decidiu a extensão do mandato de Sarney. Sergipe deu seus 11 votos, seis do PMDB e cinco do PFL, ao mandato de cinco anos. O território de Roraima ofereceu seus quatro votos — dois do PMDB e dois do PFL. Não fosse o senador Mário Maia, do PDT, e o Acre teria votado unanimemente pelos cinco anos de mandato. Ali, Sarney capturou 10 votos.

Por um único voto apenas, o PMDB e o PFL deixaram de garantir, sozinhos, os 280 votos necessários para que Sarney permaneça no Palácio do Planalto até março de 1990. O PMDB contribuiu com quase 60% dos seus votos para a vitória presidencial. O PFL foi mais fiel — deu aos cinco anos 85% dos seus votos. A seção alagoana do PFL foi



fidéssima: os senadores Guilherme Palmeira e Divaldo Suruagy amarraram um pacote de meia dúzia de votos com o cordão dos cinco anos.

As mais altas taxas de fidelidade do PMDB aos cinco anos foram registradas no Acre, no Amazonas do governador Amazonino Mendes e do ex-governador Gilberto Mes-trinho, em Goiás do governador Henrique Santillo, no Pará do governador Hélio Gueiros, no Maranhão do governador Eptácio Cafeteira e no Rio Grande do Norte do governador Geraldo Melo. Juntos, o Norte e o Nordeste do país colaboraram com 50,6% dos 328 votos que Sarney imagina que passou a controlar dentro da Constituinte.

— A bancada do governo é igual aos 328 votos conferidos ao mandato de cinco anos — finge que acredita o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara Federal. Dos 328 votos, 39% se concentram no Sudeste e no Sul, entre Minas gerais e o Rio Grande do Sul. Foi, justamente, nessas duas regiões onde o PMDB mais votou dividido. O PMDB do Rio de Janeiro rachou ao meio: deu sete votos para os quatro anos e seis para os cinco. A porta de Sarney continua semi-aberta para o governador Moreira Franco.

O governador Orestes Quêrcia, que oscilou ao longo de mais de seis meses entre o apoio ao mandato de quatro e ao mandato de cinco anos, colheu o resultado de sua indecisão: o PMDB paulista depositou 16 votos no altar dos quatro anos e 14 no dos cinco. O governador Álvaro Dias, do Paraná, conseguiu que 14 dos 23 votos do PMDB sob seu comando engrossassem o bloco dos cinco anos. O governador Pedro Simon conseguiu o contrário: 11 dos 18 votos do seu partido carimbaram o mandato de quatro.

Os governadores de Pernambuco, da Bahia e do Mato Grosso, os que mais perseveraram na defesa do mandato de quatro anos para Sarney, não têm muito do que se queixar dos constituintes que obedecem à sua orientação. Queixas, Sarney deve tê-las dos seus ex-ministros com assento na Constituinte. Fernando Lyra (Justiça), Francisco Dornelles (Fazenda), Marco Maciel (Gabinete Civil), Jorge Bornhausen (Educação) e Joaquim Francisco (Interior) votaram a favor do mandato de quatro anos.

**Bom amigo** — Na porta de político derrotado ou de burocrata demitido do governo, só batem o vento e o senador Albano Franco (PMDB-SE). É isso o que os amigos do senador costumam dizer. Depois de ter empregado a mulher de Camilo Calazans no seu gabinete no Senado, Albano empregou, agora, o próprio Camilo como assessor da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Camilo estava sem função desde que fora demitido da presidência do Banco do Brasil.